



1 **Ata da Sessão Ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do**
2 **Brasil – Seccional Tocantins – triênio 2013/2015**
3 (2ª Sessão Ordinária)

4
5
6 **Data:** 06 de março de 2015, 14h00min.
7 **Local:** Sede do Conselho Seccional da OAB/TO
8 Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 1 e 2, Palmas – TO.
9

10
11 Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, no plenário da
12 sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins
13 (OAB/TO), após terem sido previamente convocados, reuniram-se na
14 segunda sessão ordinária os membros da OAB/TO eleitos para o triênio
15 2013/2015, onde presentes se achavam: **Diretoria:** Vice-Presidente
16 Rubens Dario Lima Câmara, Secretário-Geral Paulo Saint Martin de
17 Oliveira, Diretor-Tesoureiro Pompílio Lustosa Messias Sobrinho e
18 Secretária-Geral Adjunta Heloísa Teodoro Cunha. **Conselheiros**
19 **Estaduais:** Adwardys Barros Vinhal, Alessandro de Paula Canedo, Alex
20 Hennemann, Dinalva Bezerra Costa, Dorema Silva Costa, Fernando Palma
21 Pimenta Furlan, Fernando Rezende de Carvalho, Huascar Mateus Basso
22 Teixeira, José Augusto Bezerra Lopes, Luiz Antônio Monteiro Maia,
23 Marcello Bruno Farinha das Neves, Moema Neri Ferreira Nunes, Orlando
24 Rodrigues Pinto, Rodrigo Otávio Coelho Soares, Ronan Pinho Nunes
25 Garcia, Saulo de Almeida Freire e Túlio Jorge Ribeiro de Magalhães
26 Chegury e dos **Conselheiros Estaduais Suplentes:** Roger de Melo Ottaño.
27 **Conselheiros Federais:** Ercílio Bezerra, André Bezerra, Gedeon Pitaluga e
28 Carlos Augusto Pinheiro. **Ausências justificadas:** Presidente Epitácio
29 Brandão, Conselheiros Estaduais Sergio Dantas e Pedro Carvalho
30 Martins. A seguir, verificado o *quórum* legal, o Vice-Presidente do
31 Conselho Seccional declarou aberta a sessão, saudando os presentes e
32 desejando sucesso nos trabalhos do dia, e parabenizou os aniversariantes
33 do mês de março: Conselheira Estadual Janay Garcia, Diretor-Tesoureiro
34 Pompílio Lustosa e Presidente da Subseção de Dianópolis Sílvio Romero.
35 Após, o Vice-Presidente Rubens Dário colocou em apreciação a Ata da
36 sessão anterior, o Conselheiro Luiz Antônio Maia pediu para constar que
37 não estava presente naquela sessão, no mais foi aprovada por
38 unanimidade. Presenças do Presidente da Subseção de Paraíso Raphael
39 Brandão, Presidente da Comissão de Advocacia Pública Mauricio
40 Cordenonzi Presidente da Comissão de Direito Previdenciário Jadson
41 Cleyton. Em seguida o Vice-Presidente Rubens Dário colocou em
42 discussão o **item 01 da Pauta** e convidou o Presidente da Subseção de
43 Gurupi Albery Oliveira para expor assuntos daquela Subseção, o qual
44 discorreu sobre reunião de advogados realizada em Gurupi no dia três
45 deste mês, para tratar de reclamações de advogados sobre o
46 comportamento do Juiz do Trabalho Rubens Corbo, que está



1 desrespeitando as prerrogativas dos advogados e até mesmo ofendendo-os
2 e humilhando-os durante as audiências, e o segundo tema diz respeito a
3 assembléia realizada no dia trinta de março de dois mil e treze para tratar
4 de problemas da advocacia na região sul do Estado, ocasião em que foi
5 lavrada uma ata contendo as reclamações dos advogados, que foi
6 encaminhada ao TJTO, e no dia dois deste mês o Presidente Albery
7 Oliveira recebeu ofício da corregedoria do TJTO com explicações de alguns
8 juizes sobre as reclamações dos advogados, a maioria dos juizes
9 respondeu de forma cortês, dentre eles Adriano Moreli, Cibele Belezia e
10 Luciano Rostirola, entretanto o ofício assinado pela Juíza Edilene Natário
11 ataca a pessoa do Presidente Albery Oliveira, pessoalizando as
12 reclamações, além de reputar com falsas as reclamações dos advogados,
13 destacou ainda o ofício recebido do Juiz Nassib Mamud, que também
14 pessoalizou a questão e rebateu todas as reclamações, disse que trouxe
15 esses temas ao conhecimento do Conselho porque os problemas dos
16 advogados com esses dois magistrados persistem, infringindo as
17 prerrogativas. O Vice-Presidente Rubens Dário disse que depois da
18 reunião ocorrida em Gurupi participou de uma reunião com a Presidente
19 do TJTO, onde a mesma ouviu todos os presidentes das subseções, ocorre
20 que a corregedoria do TJTO notificou os magistrados sem disponibilizar a
21 ata da reunião em Gurupi, que esse assunto deve ser assumido pela
22 seccional, e ser levado novamente a corregedoria do TJTO, inclusive para
23 disponibilizar aos magistrados a ata daquela reunião de dois mil e treze. O
24 Conselheiro Fernando Furlan disse que na Vara do Trabalho de Gurupi a
25 maioria dos processos estão com meia dúzia de advogados, os quais
26 sofreriam as consequências de eventual retaliação, que a reclamação é de
27 todos os advogados, que o comportamento desse juiz é o mesmo da juíza
28 de Guaraí, e no tocante ao outro assunto é grave, pois o ataque é pessoal
29 ao Dr. Albery, que já houve participação da Dra. Willamara quando era
30 corregedora e acabou resultando em perseguição pessoal aos advogados
31 que encabeçaram o movimento, que também já houve perseguição pessoal
32 da Dra. Edilene em relação a Dra. Rose Curvina, que o atual diretor do
33 foro é o Dr. Edimar, que o mesmo sofrerá pressão do corporativismo dos
34 serventuários, se colocou a disposição para colaborar para a melhor
35 prestação jurisdicional, reforçou o pedido do Dr. Albery para que o
36 Conselho encampe essa briga. O Conselheiro Rodrigo Otávio disse que o
37 dirigente da Ordem que desagrada a magistratura merece nosso apreço,
38 que a resposta do Dr. Nassib é desequilibrada e desproporcional, que
39 entende que os Conselheiros devem subscrever esse ofício. O Conselheiro
40 Huáscar Basso disse que tudo que foi relatado pelo Presidente Albery é
41 vivenciado pelos advogados de Gurupi, que no caso da Vara do Trabalho o
42 ataque às prerrogativas é absurdo, a OAB/TO deve tomar providencias,
43 no tocante a Justiça Comum o Dr. Edimar solicitou a ajuda da OAB/TO
44 para tentar resolver os problemas, a situação é feia, e pede a ajuda do
45 conselho. O Vice-Presidente Rubens Dário disse que o Procurador-Geral
46 da Procuradoria de Prerrogativas aqui presente saberá tomar as



1 providencias necessárias. Em seguida o Conselheiro Federal Carlos
2 Augusto Pinheiro disse que já tem conhecimento dos problemas em
3 relação ao juiz do trabalho de Gurupi, que a corregedoria do TRT não
4 admite esse tipo de comportamento, que no caso da juíza de Guaraí o
5 comportamento dela mudou após a representação na corregedoria do
6 TRT, que nesse mês de março o ouvidor do TRT virá a todas as Varas do
7 Trabalho do Tocantins, que a representação deve ser embasada em
8 provas, que na visita do ouvidor os advogados devem se manifestar
9 diretamente a ele, a par das atitudes que serão tomadas pela OAB/TO. O
10 Conselheiro Rodrigo Otavio solicitou que a ata da reunião com os
11 advogados deve ser encaminhada ao TRT formalmente. O Conselheiro
12 Federal Carlos Augusto disse que a sugestão do Ouvidor é que ele
13 converse com o juiz, além da representação, que nesse dia deve ir um
14 representante da Subseção de Gurupi para falar com o corregedor do TRT.
15 O Conselheiro Federal André Barbosa se dispôs a acompanhar e levar
16 essa reivindicação ou representação ao TRT, e lembrou o caso de Guaraí.
17 Em seguida passou-se ao **item 02 da Pauta**: O Presidente da Comissão
18 de Direito Previdenciário Jadson Sousa assumiu a tribuna e disse que, a
19 respeito da reportagem do programa Fantástico, tem a dizer que vieram
20 dois juízes federais para o Tocantins e que ambos são inexperientes em
21 advocacia previdenciária, que nas audiências a magistrada de Palmas está
22 interrogando a parte autora sobre honorários contratuais, que alguns
23 advogados até bateram boca com ela, que houve reunião entre o
24 Presidente da Comissão de Defesa das Prerrogativas Alexandre Abreu e o
25 Presidente Epitácio Brandão e a referida magistrada, que ontem ela lavrou
26 em ata que no Juizado especial Federal do Tocantins não existe mais
27 honorários contratuais, que esses honorários serão de responsabilidade
28 do INSS, continua desconsiderando o contrato de honorários do advogado,
29 que isso está ocorrendo em todos os processos, o Procurador do INSS está
30 recorrendo de todas essas decisões, a Juíza desagradou a todos,
31 doravante não haverá mais acordo se não mudar essa situação, que na
32 Turma Recursal do Tocantins as razões de decidir são os altos honorários
33 dos advogados, que agora existem duas barreiras, na primeira e na
34 segunda instância, em relação aos honorários contratuais, que estão
35 passando por cima da jurisprudência do STJ e da Tuma Nacional de
36 Uniformização, que a situação não nos permite ficar parados, solicita ao
37 Conselho ajuda para organizar um fórum ou congresso sobre direito
38 previdenciário, para que toda essa temática seja abordada, que também
39 em Gurupi o magistrado federal se mostrou irredutível em relação ao que
40 lhe foi solicitado. O Vice-Presidente Rubens Dário garantiu que esse
41 assunto seria tratado com carinho pela Diretoria. O Conselheiro Ronan
42 Pinho explanou sobre reunião que teve com o Conselheiro Federal André
43 Barbosa a respeito de um advogado que solicitou ajuda em tema bastante
44 parecido com o exposto pelo Dr. Jadson, que esse advogado reportou
45 mensagens de diversos advogados, que o tema será discutido pelo
46 Conselho e ao final devemos decidir o que deverá ser feito. O segundo



1 ponto é a juntada dos processos administrativos pelo INSS e o terceiro
2 ponto é o INSS apresentar contestação após a instrução do feito, a
3 especulação em audiência sobre honorários dos advogados, a decisão da
4 juíza de que os honorários devem ser pagos pelo poder público, a
5 nomeação do advogado da parte como assistente dativo, e a decisão de
6 que a cobrança de honorários maior que vinte por cento é crime, afirmou
7 que ele e Conselheiro Federal André Barbosa ficaram de trazer o assunto
8 na sessão do Conselho, que segundo o Conselheiro Federal André Barbosa
9 a via do diálogo está esgotada, entende que devemos acionar o CNJ,
10 diretamente ou via Conselho Federal, de forma mais incisiva, vez tudo isso
11 configura aberrações. O VP Rubens solicitou ao Conselheiro que repasse
12 os documentos ao Procurador-Geral da Procuradoria de Prerrogativas. A
13 Conselheira Dinalva Costa disse que os advogados previdenciaristas estão
14 vivendo momento difícil, como já relatado, e ainda a intransigência da
15 magistrada que está despachando no sentido de que o Oficial de Justiça
16 deverá ir a casa do autor para constatar os fatos, e só depois o processo
17 será concluso para sentença, que a responsabilidade pela juntada do
18 processo administrativo está sendo incumbido ao advogado da parte, e
19 não mais ao INSS, pede o apoio da OAB/TO para sanar esses problemas,
20 inclusive indo ao CNJ. O Conselheiro Fernando Rezende disse que o caso
21 é de ativismo judicial, que para o INSS isso é bom, pois não há dinheiro
22 para nada, que essa discussão é pertinente, e a OAB deve ter posição
23 firme. O Conselheiro Roger Otano disse que em relação aos documentos
24 apresentados pelo Dr. Albery não há informação se foi instalado
25 procedimento, então a Procuradoria de Prerrogativas deveria oficial a
26 corregedoria para saber se isso ocorreu. O Conselheiro Alessandro Canedo
27 disse que a situação é preocupante, não são casos isolados, temos que
28 achar solução para todos esses casos, a OAB/TO deve encarar isso de
29 forma proativa, determinando que seus membros acompanhem essas
30 audiências, é uma situação desanimadora para a advocacia, há que se
31 achar o final disso, se dispõe a ajudar e que assistir uma audiência
32 dessas para vivenciar o problema. O Vice-Presidente Rubens Dário
33 colocou em debate aprovar uma representação junto à corregedoria do
34 TRT em relação ao juiz Rubens Corbo, submetida a votação, foi aprovada
35 por unanimidade. No tocante aos advogados previdenciaristas foi
36 aprovado por esse conselho a representação junto a corregedoria, após as
37 informações que serão colhidas pelos membros da Comissão de Defesa
38 das Prerrogativas. Em seguida passou-se ao **item 03 da pauta:**
39 apresentação, discussão e votação dos balancetes dos meses de novembro
40 e dezembro de dois mil e quatorze da OAB/TO: o Conselheiro Rodrigo
41 Otavio disse que na Ordem tudo funciona com responsabilidade
42 financeira, que se não tomarmos cuidado vamos desfalcar o caixa, que a
43 questão orçamentária e financeira da Ordem merece atenção profunda,
44 inicia com os balancetes de novembro e dezembro de dois mil e quatorze
45 da OAB/TO (**os da CAATO foram retirados da pauta**), o parecer da
46 Comissão de Orçamento e Contas é pela aprovação de ambos os



1 balancetes, submetido à votação, foram aprovados por unanimidade, em
2 relação ao balanço patrimonial de dois mil e quatorze da OAB/TO. **Item**
3 **05 da Pauta**, presidente da Comissão de Orçamento e contas, Dr. Rodrigo
4 Otávio, disse que entramos em dois mil e quatorze com dívidas de
5 trezentos e sessenta e oito mil, cento e quarenta reais e fechamos com
6 dívidas de mais de seiscentos e setenta e dois mil reais, dessa algumas
7 foram quitadas, e outras foram feitas. Que com eventos e alimentação,
8 foram gastos mais de quinhentos mil reais, em internet e *software* foram
9 gastos cerca de cento e quarenta mil reais, com publicidade e serviços
10 gráficos foram gastos aproximadamente setenta e quatro mil reais, com
11 passagens aéreas e hospedagem aproximadamente cento e vinte e quatro
12 mil reais, e para manutenção de todas as subseções foram gastos
13 aproximadamente duzentos e dez mil reais, tirando folhas de pagamento,
14 que causa preocupação à Comissão o elevado endividamento da Ordem, o
15 problema atual é a dificuldade em receber as anuidades, que não estamos
16 recebendo os atrasados por pane no sistema, que a ordem esta gastando
17 mais que está arrecadando e está com dificuldade de arrecadar, que foi
18 gasto mais de cento e quarenta mil reais com internet e *software* mas
19 ainda estamos com dificuldades, propõe que se priorize os gastos,
20 priorizando a aquisição de materiais para regularizar o sistema de dados,
21 para possibilitar a arrecadação plena, a segunda proposta é que o
22 Conselho decida que o advogado que for pagar o retroativo só terá direito
23 ao parcelamento se quitar a anuidade de dois mil e quinze, para evitar a
24 continuidade da inadimplência, outra proposta é que o Conselho
25 estabeleça multa pela ausência no processo eleitoral, ou majoração da
26 multa já existente, e divulgar que essa multa será cobrada, a Comissão
27 opina pela aprovação do balanço de dois mil e quatorze da OAB/TO com
28 as ressalvas acima citadas, e indica que a tesouraria faça cronograma
29 para reduzir o déficit e fazer uma reformulação orçamentária para dois mil
30 e quinze, que tivemos algumas receitas suplementares de um milhão e
31 seiscentos mil, que foram gastos cinquenta mil reais com pessoal,
32 cinquenta mil reais com material de consumo, cento e setenta e cinco mil
33 reais com serviços de terceiros, e vinte e cinco mil reais com despesas
34 financeiras, e com obras e instalações um milhão e trezentos mil reais. O
35 Vice-Presidente Rubens Dário agradeceu a proficiência do trabalho do
36 Conselheiro Rodrigo Otávio e disse que estamos adotando providencias no
37 sentido de reduzir custos, que a palestra no dia da mulher será assim,
38 que os saraus são feitos com custo zero para a OAB/TO, que na locação
39 do som o pagamento foi rateado entre alguns advogados. A Conselheira
40 Dinalva Costa disse que também estão tentando conseguir palestrantes
41 sem ônus para o Congresso de Direito Previdenciário. O Diretor-
42 Tesoureiro Pompílio Lustosa disse que a manifestação do Conselheiro
43 Rodrigo Otávio é pertinente, mas se faz necessário esclarecer que em
44 relação aos novecentos mil reais a folha de pagamento girava em torno de
45 cento e dez mil reais e era totalmente custeada pelo Conselho Federal, o
46 qual foi reduzindo progressivamente esse pagamento, sem avisar



1 previamente a OAB/TO, mas mesmo assim estamos conseguindo
2 complementar e pagar a folha em dia, com relação à venda do imóvel,
3 sendo recebido seiscentos e sessenta mil reais, foi pago quase cento e
4 setenta mil reais para regularizar o imóvel junto ao Estado, e também foi
5 pago a comissão da imobiliária e o restante aplicado na subseção de
6 Colinas, que era para ser cem mil reais e acabou sendo cento e sessenta
7 mil reais e em Gurupi também não teve como parar a aplicação de
8 recursos na obra do clube dos advogados, que é um patrimônio da
9 advocacia, que ficou em torno de duzentos e noventa mil reais a mais em
10 Gurupi, que o aumento no déficit orçamentário é devido a isso, também
11 foi feito a obra na subseção de Miracema, que foram mexer em prédio
12 velho e acabou dobrando o orçamento inicial e também não podia parar,
13 ainda a Conferencia Estadual gerou gastos elevados, pela magnitude do
14 evento, que no final do ano a Diretoria deliberou por fazer ajustes, e
15 suspendeu a compra de passagens aéreas, que adotamos modelo de o
16 próprio Conselheiro comprar a passagem e depois ser reembolsado, pois
17 fica mais barato, reconhece que ajustes orçamentários ainda precisam ser
18 feitos, que dentro de sessenta dias o débito será regularizado, que a
19 próxima aquisição são os equipam de informática para resolver de vez os
20 problemas, e que a inadimplência das anuidades de dois mil e quatorze
21 aumentou muito, foi de cinquenta e oito por cento, que é preocupação da
22 Diretoria equacionar o déficit e o orçamento. A Conselheira Dorema Costa
23 disse que confia inteiramente na gestão dessa Diretoria e que o Conselho
24 Fiscal está atuante, mas se preocupa com a arrecadação, que é exclusiva
25 de anuidades, precisamos de outra maneira de arrecadar recursos, que
26 com a crise que se avizinha a inadimplência será maior. O Diretor-
27 Tesoureiro Pompílio Lustosa disse que fizeram análise dos acordos
28 referentes a anuidades atrasadas e que a maioria dos advogados paga
29 apenas a primeira parcela, fica regular, mas ainda inadimplente, que
30 decidimos que todos os boletos oriundos de acordo não pagos serão
31 protestados. O Conselheiro Rodrigo Otávio perguntou sobre a multa por
32 não votar, o Conselheiro Túlio Chegury disse que já existe essa multa,
33 mas o valor é pequeno, basta que o Presidente do Conselho encaminhe a
34 lista de inadimplentes para o TED, até mesmo porque três processos
35 administrativos é causa de exclusão da advocacia, que o TED não é órgão
36 de arrecadação, mas está atuante e punirá os advogados que cometerem
37 faltas éticas, inclusive inadimplência. O Conselheiro Alex Hennemann
38 agradeceu o Diretor-Tesoureiro Pompílio pelos esclarecimentos e
39 parabenizou o Conselheiro Rodrigo Otávio pela pronta atuação. O
40 Conselheiro Rodrigo Otávio disse que o ano de dois mil e quinze só vence
41 em dezembro, por conta do parcelamento, que não crê em crise, mas sim
42 em falta de interesse em pagar a anuidade por falta de consequência mais
43 séria, que o problema da Ordem é dinamizar a política de arrecadação,
44 que na OAB/GO tem call center para cobrar os advogados, que na
45 OAB/TO esta é a gestão que mais cobra e recebe os atrasados, mas
46 devemos melhorar, o Conselheiro Alex Hennemann disse que lhe



1 preocupa antecipar um vencimento, no caso pagar a vista o ano de dois
2 mil e quinze, para poder parcelar os atrasados, que devemos achar meios
3 alternativos para melhorar a arrecadação, mas sem ser gravosa para
4 quem já está devendo, pediu para que o Conselheiro Rodrigo Otávio
5 repetisse as receitas de dois mil e quatorze, o Conselheiro Rodrigo Otávio
6 informou que que são novecentos mil reais de auxílio financeiro do
7 Conselho Federal, quarenta mil reais da venda de um carro e seiscentos e
8 sessenta mil reais proveniente da venda dos imóveis, o Conselheiro Alex
9 Hennemann parabenizou o trabalho do Conselheiro Rodrigo Otávio e do
10 Diretor-Tesoureiro Pompílio Lustosa, o Presidente da CAATO Marcelo
11 Wallace perguntou se o advogado poderia ser suspenso preventivamente
12 pela inadimplência, o Conselheiro Túlio Chegury respondeu que não, o
13 Presidente da CAATO Marcelo Wallace entende que o correto seria
14 bloquear o acesso do inadimplente ao e-Proc, aí o advogado pagaria, que o
15 problema é serio, que devemos abrir processo disciplinar contra todos os
16 executados, que muitos têm a carteira mas não advogam, que na sua
17 época como tesoureiro reduziu a inadimplência em vinte e dois por cento
18 mediante convenio com os juízes diretores dos fóruns para carimbo nas
19 petições. O Conselheiro Túlio Chegury sugeriu que o Conselho decida se
20 será encaminhada ao TED a relação dos inadimplentes para serem
21 instaurados os processos disciplinares. O Conselheiro Fernando Rezende
22 disse que as duas questões básicas são diminuir despesas e aumentar
23 receitas, que precisamos fazer isso, diminuir despesas, que a Diretoria
24 deveria tentar enxugar as despesas, pois estamos em crise enorme, os
25 anos de dois mil e quinze e dois mil e dezesseis serão difíceis, que diverge
26 do Conselheiro Rodrigo Otávio no tocante ao parcelamento, devemos
27 parcelar o máximo possível, com protesto automático em caso de
28 inadimplência, que em Goiás não se consegue protocolar petições se
29 estiver atrasado com a OAB/GO, que da venda dos terrenos ainda falta
30 receber duzentos e quarenta e três mil reais e mais seiscentos e sessenta
31 mil reais, com expectativa de receita de mais de oitocentos mil reais, que
32 também no clube da OAB/TO o advogado só poderá entrar se estiver em
33 dia com a Ordem, que devemos focar na construção do salão de eventos
34 da OAB/TO, será uma fonte de recursos. O Vice-Presidente Rubens Dário
35 colocou em apreciação a primeira reformulação orçamentária de dois mil e
36 quatorze, submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, sem
37 ressalvas, em relação ao balanço patrimonial de dois mil e quatorze da
38 OAB/TO, também foi colocado em discussão que o advogado só pode
39 parcelar os atrasados se quitar o ano em curso da renegociação, ou ao
40 menos as parcelas já vencidas desse ano, com protesto automático em
41 caso de não pagamento de alguma das parcelas renegociadas, submetida
42 a votação, foi aprovado por unanimidade. O Conselheiro Fernando
43 Rezende propôs que o advogado inadimplente seja impedido de advogar
44 ou movimentar o e-Proc, o Vice-Presidente Rubens Dário disse que esse
45 procedimento é ilegal, pois deve ser precedido do processo ético e
46 cobrança, que é viável para esses casos, com bloqueio no e-proc. O



1 Conselheiro Fernando Rezende propõe que se faça consulta ao TED para
2 se manifestar sobre esse tema, emitindo parecer a ser submetido ao
3 Conselho. O Conselheiro Túlio Chegury disse que no tocante aos
4 advogados de outros Estados é fácil conseguir o espelho no e-proc e
5 processá-los, em relação ao inadimplemento a dificuldade é notificar os
6 inadimplentes, a primeira forma de notificação é pessoal, muitos
7 processos foram arquivados por falta de citação válida, se o cadastro
8 estiver atualizado a falta de atendimento a notificação pessoal autoriza a
9 notificação por edital, mas isso não é balcão de negócio, o procedimento
10 ético-disciplinar seguirá até o fim. O Conselheiro Fenando Rezende propõe
11 encaminhar ao TED a relação dos inadimplentes para as providencias
12 cabíveis, inclusive publicidade, o Conselheiro Rodrigo Otávio disse que
13 isso só após a regularização do sistema de dados, o Conselheiro Túlio
14 Chegury sugere que se faça comunicado convocando os colegas para
15 regularizar os pagamentos sob pena de processo ético-disciplinar,
16 submetido à votação, foi aprovado por unanimidade a sugestão do
17 Conselheiro Fernando Rezende. O Conselheiro Rodrigo Otávio disse que
18 sua Comissão propõe a criação de meta para a Diretoria, para em noventa
19 dias reduzir em oitenta por cento as contas a pagar. A seguir passou-se
20 aos **itens 07 a 11 da Pauta**: apresentação, discussão e votação de
21 registro das sociedades simples Raniele Dutra Advogados Associados (item
22 sete), Abreu & Medeiros Advogados Associados (item oito), e alteração de
23 registro das sociedades simples Zini e Amorin Advogados Associados (item
24 nove), Array Advogados Associados (item dez) e Ohofugi, Azevedo,
25 Venâncio, Bonilha e Advogados Associados (item onze), o Conselheiro José
26 Augusto relatou os processos, e o parecer da Comissão de Seleção e
27 Inscrição é pela aprovação de todos os pedidos de registros e alterações, a
28 Conselheira Moema Neri disse que em relação a sociedade Zini e Amorim
29 o Dr. Zini é Secretário Municipal, o Vice-Presidente Rubens Dário sugeriu
30 retirada desse processo para melhor análise, o Conselheiro Roger Otano
31 disse que no caso do Dr. Cristian Zini deve ser averbado aqui na OAB, o
32 Vice-Presidente Rubens Dário disse que esse processo seria redistribuído
33 ao Conselheiro Roger Otano para melhor análise, submetido a votação em
34 bloco, os demais (itens sete, oito, dez e onze da Pauta), foram aprovados
35 por unanimidade. Em seguida passou-se as considerações gerais, o Vice-
36 Presidente Rubens Dário convocou um minuto de silêncio em homenagem
37 ao Professor Manoel Bomfim Furtado Correia, falecido recentemente. Após
38 o Conselheiro Túlio Chegury convidou todos a participar do movimento no
39 dia quinze deste mês, convite pessoal, na Praça dos Girassóis. A
40 Conselheira Dorema Costa sugere que a carteira da CAATO seja anual,
41 emitida mediante a assiduidade no pagamento das anuidades, e no
42 tocante a jornada da mulher solicita aos colegas ajudar na divulgação do
43 evento e comparecer, fazendo a inscrição antecipada no saite da OAB/TO,
44 que o congresso será realizado na próxima quarta-feira, dia onze de
45 março. O Conselheiro Fernando Rezende sugere que seja homenageado o
46 Professor Manoel Bonfim dando seu nome a esse plenário, o Vice-



1 Presidente Rubens Dário disse que essa semana será aprovada outra
2 homenagem, que é dar o nome do Professor Bonfim ao Fórum de Gurupi,
3 devemos aguardar até que isso se realize ou não. O Conselheiro Mauricio
4 Cordenonzi fez mea-culpa pela ausência nos anos anteriores, mas que
5 doravante tentará colaborar mais com a Ordem e suas lutas,
6 principalmente na sua Comissão, e se colocou a disposição. O Vice-
7 presidente Rubens Dário declarou encerrada a sessão e convidou todos
8 para a solenidade de entrega de carteiras para os novos advogados e
9 estagiários. Esgotada a pauta, eu Paulo Saint Martin de Oliveira,
10 Secretário-Geral da Seccional do Tocantins da Ordem dos Advogados do
11 Brasil, lavrei a presente ata que na sessão seguinte será lida, discutida e
12 votada pelos presentes.

13
14
15
16
17
18 **Dr. Epitácio Brandão Lopes**
19 Presidente

20
21
22
23 **Dr. Paulo Saint-Martin de Oliveira**
24 Secretário-Geral